

# Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem  
Armando Malheiro da Silva  
Artur César Isaia  
(Coordenação)



Maria das Graças Ataíde de Almeida

*Universidade Federal Rural de Pernambuco/Brasil*

## A REPÚBLICA CRISTÃ: FÉ, ORDEM E PROGRESSO

A República trouxe em seu bojo a laicização do Estado brasileiro, a partir de então instaura-se a grande tentativa da Igreja de retomar o poder político perdido com emergência do Estado Laico. Até então, a Igreja católica durante o império e a colônia viveu sob a égide do Padroado, assim, o sustento econômico levava a Instituição a estar sob o âmbito do domínio do Estado.<sup>1</sup>

A laicização crescente na política brasileira, após 1889, suscita a discussão que perpassa sempre pela crítica ao paradigma liberal, apontado como gerador do laicismo, levando as sociedades ao comunismo. Nesta visão, o comunismo era apontado como conseqüência fatal do liberalismo da revolução francesa.<sup>2</sup> O fio condutor deste discurso constrói sentidos que se voltam para a ordem *versus* a desordem, num discurso maniqueísta onde a desordem estava vinculada ao socialismo. Quando trabalhamos aqui os conceitos de ordem *versus* desordem, seguimos a linha teórica de Balandier<sup>3</sup>.

O objetivo deste ensaio é desconstruir e analisar o discurso da Igreja Católica acerca da República e da ruptura nas relações do poder religioso

---

<sup>1</sup> DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*. Campinas: Ed. UNESP, 1999, p. 20.

<sup>2</sup> MENDES, Oscar. «*O Liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católica*». In *A ORDEM*, 1932, p. 31-45. Esta discussão é presente nos jornais diariamente, como doutrinação e persuassão.

<sup>3</sup> BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: UNB, 1989.

e do poder laico, nos anos subseqüentes à laicização do Estado brasileiro – 1889 à 1933. Este corte temporal se justifica por conseguir englobar dois momentos importantes na luta da Igreja para recuperar o Poder político perdido.

O primeiro momento representa o período pós Constituição Republicana e as duas décadas seguintes, quando a Igreja se constrói um discurso responsabilizando a República pela «desordem» trazida no bojo da Carta magna republicana. A principal acusação apontava para o fato da mesma não trazer em sua letra o respeito pela «consciência religiosa» do cidadão:

*«A Constituição passou pelas coisas da fé como gato por brasas: ou porque assim convinha a seus organizadores, para no futuro nos ser vibrado bote mais certo, ou porque realmente lhes merecia pouca importância, como querem alguns, a consciência religiosa de cada cidadão».*<sup>4</sup>

Junte-se a esse discurso, a luta pela recristianização<sup>5</sup> do Brasil encetada por D. Sebastião Leme e Jackson de Figueiredo a partir de 1920, que aponta para a necessidade do retorno do Brasil aos caminhos da fé católica e da ordem.

O segundo momento se dá quando da instalação da Segunda República brasileira, a chamada República Nova em 1930, e a organização da Constituinte que votaria a nova Constituição em 1934. A Igreja se volta numa tentativa desesperada de interferir nesta nova Constituição, alegando que *«uma constituição é a forma política de um povo, a base de seu governo, a sua política»*.<sup>6</sup> A fim de dirimir dúvidas sobre o papel dos dois poderes — laico e o religioso — acrescenta: *«religião e política são coisas bem irmãs, ou antes, a política é filha da religião»*<sup>7</sup>

<sup>4</sup> «Os Católicos e os governos». In: A Gazeta, Recife, 20/04/1919, p. 1. (grifos nossos).

<sup>5</sup> Sob a temática vide nosso trabalho: A Construção da Verdade Autoritária. SP: Humanitas, 2001.

<sup>6</sup> CYRILLO, Manoel. A Constituinte. In: A Tribuna, Recife, 27-10-1932, p. 1.

<sup>7</sup> Idem.

A produção de discursos construída pela Igreja neste período, é extremamente reveladora dos sentidos que a Instituição conferia na sua análise do temporal e do espiritual no Estado brasileiro pós República.

## O Laicismo e a desordem

Associar o laicismo à desordem foi o fio condutor do discurso da Igreja em sua crítica ao racionalismo da modernidade. A produção de discurso trabalha na construção de um imaginário social, onde o paradigma positivista se apresenta como construtor de deuses efêmeros:

«Deus falso do positivismo deixará vasio o templo de vossas almas, mas neste brilhará, fulgurante, o deus verdadeiro, o Deus catholico, o Deus pessoal que a humanidade adora.»<sup>8</sup>

Apresentando-se como «remedio à desordem intellectual», aponta a cura na humildade e na temperança, que teria o poder de sanar as «*desordens do espirito*»:

«quando a razão não lhes chegue para compreender os mysterios do mundo, recorram, sem respeito humano, à religião. Façam-na calcando aos pés toda e qualquer vaidade intellectual, porque não é vergonhoso ao seu corpo ser contingente e incapaz de operar, na esphera da sciencia, sem certos instrumentos.»<sup>9</sup>

Trabalhava-se em prol de divulgar que ser moderno não era pré-requisito para afastar-se dos ensinamentos da Igreja. Veicular pela imprensa os feitos de intelectuais que se converteram e se orgulhavam de serem católicos praticantes era recorrente na imprensa sagrada. Um desses depoimentos, é bem elucidativo, e se refere a um Ministro da Colombia, Dr. Meja, que em pleno Parlamento colombiano, dá seu testemunho de conversão:

<sup>8</sup> MARIA, Julio. «*O remedio a desordem intellectual*». In: A Gazeta, Recife, 10-11-1918, p. 1.

<sup>9</sup> Idem.

«quando jovem fui radical fanático e exaltado. Meu pae, meus antepassados foram radicaes, respirei o radicalismo em família, no Collegio, na Universidade. Persegui raivosamente a idéa christã. Tornei-me inimigo jurado de Jesus Christo e da Igreja. Combati-o com todas as armas que me viam às mãos. Mas tive a fortuna de reconhecer meu erro e hoje, arrependido, profundamente arrependido, olho com horror para a minha vida passada.»<sup>10</sup>

O importante era mostrar a mudança, a transformação, que deveria servir como exemplo a ser seguido:

«da vida passada só me resta o ardor. Com o mesmo entusiasmo com que combatia a Jesus, confesso hoje que sou crente e catholico. Meus companheiros antigos podem oppor-se a mim e de mim chasquear... pouco importa.»<sup>11</sup>

Uma manchete de jornal, sob o título de «Magnífico Exemplo!», os governadores de São Paulo, Santa Catarina e Espírito Santo, são ovacionados por serem católicos praticantes. O artigo faz uma analogia com os Estados Unidos, onde

«Os homens de Estado, as figuras mais illustres e prestigiosas da política e da administração, seja qual for a sua crença, não se sentem diminuídos nem offuscados praticando publicamente os seus deveres e sentimentos religiosos. No Brasil- triste realidade! – há quem tenha medo de ser catholico.»<sup>12</sup>

É muito significativo a convocação da paróquia da Boa Vista – reduto da intelectualidade do estado- através do seu jornal A Gazeta, em Recife, concitando a população masculina recifense a vir participar das festas eucarísticas:

---

<sup>10</sup> «Leiam os homens que têm vergonha de ser catholicos». In: A Gazeta, Recife, 6-10-1918, p. 1.

<sup>11</sup> Idem

<sup>12</sup> «Magnifico Exemplo!» In: A Gazeta, Recife, 16-02-1919, p. 1.

«Homens do Governo, homens de letras, estadistas e pensadores, homens do commercio e da indústria, cidadãos de todas as classes, vinde á Igreja celebrar as festas de amor ao Deus Hóstia. Tende a coragem moral, o desassombro cívico das vossas convicções. Sem serdes bom catholico não sereis bom patriota. Não vos humilha, não vos abate, não vos diminue a affirmação publica, a demonstração collectiva dos vossos sentimentos religiosos. Ela vos eleva tanto ou mais, vos fortalece e dignifica como quando testemunhaes publicamente a vossa solidariedade e a vossa dedicação a vossa Pátria. *Por que esta existe, prospera, feliz e grandiosa, sob o amparo e a protecção de Deus.*»<sup>13</sup>

Associar o progresso da nação à protecção da Igreja foi um dos sentidos produzidos pela Igreja no discurso que vincula progresso/ordem/Igreja, em contraponto à desordem/laicismo. Construindo um discurso maniqueísta, afirmava-se as conseqüências «tenebrosas e homicidas» do paradigma das luzes:

«depois de expulsar a Deus da intelligencia da sociedade e das leis, chegará o momento de querer expulsar da vida. Será a hora de os christãos darem o seu testemunho de sangue. O laicismo não é somente estéril, elle é assassino!»<sup>14</sup>

A emergência do Estado laico teria relegado a Igreja à mercê dos governos que se sucederam. Acusava-se o Presidente da República Nilo Peçanha de ter «*fechado as portas*» do Brasil aos jesuítas portugueses que fugiam de Portugal em 1910 — quando da proclamação da República em Portugal — «*expulsos pela salsugem carbonaria da foz do Tejo*».<sup>15</sup>

Em 1919, a sucessão presidencial de Rodrigues Alves traz à baila o medo da Igreja de um presidente que não fosse católico praticante. Na possibilidade de Borges de Medeiros ser eleito, a Igreja tece severas críticas à sua

<sup>13</sup> A Gazeta, Recife, 6-10-1918, p. 1, grifos nossos.

<sup>14</sup> WANDERLEY, Arnóbio Tenório. Discurso proferido no II Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939. In: ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL. Recife: Ed. Jornal do Commercio, 1940, p. 347.

<sup>15</sup> «Os Catholicos e os governos» In: A Gazeta, Recife, 20/04/1919, p. 1.

posição religiosa, apontando-o como um candidato em «*completo antagonismo com os interesses e aspirações do país*», por ter um

«espírito sectarista ferrenho, tudo subordinando a um dogmatismo positivista que a cultura e o sentimento do povo brasileiro repellem. Na presidência da República, como na presidência do Rio Grande do Sul, S. Ex. imprimiria aos seus actos essa feição personalíssima das suas crenças, chocando-se com as crenças catholicas, liberaes e progressistas, inextirpaveis e enaltecedoras do povo brasileiro».<sup>16</sup>

Justificativa para este exercício do direito da Instituição em compartilhar em toda a sua plenitude, é dada como uma lei natural inerente à Igreja Católica no Brasil: «*os nossos homens de governo trazem do berço, a predestinação christã*»<sup>17</sup>.

Assim, a predestinação, um fenômeno transcendental, não pode ser questionada, daí a afirmação do Interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães «*raizes, pois, tão profundas, nem as tempestades, nem as fúrias da natureza, nem os desvarios dos homens poderiam arrancá-las*».

A tese da maioria católica no Brasil torna-se recorrente no discurso da hierarquia, justificando o repúdio ao divórcio que teria se instalado entre a Igreja e o Estado no Brasil. Esse argumento foi muito utilizado por D. Sebastião Leme, em momentos decisivos da nação. Lembramos aqui, quando da deflagração do Estado Novo, conjuntura considerada propícia pela Igreja para efetuar um pacto com o Estado. Este discurso ficou claro, quando do Congresso Eucarístico nacional, em Recife, em 1939, nas palavras de D. Leme:

«*agora é a vez do povo brasileiro, a voz de todos os quarenta milhões de consciências! Somos quatro séculos de história christã do Brasil, somos o passado, o presente e o futuro da gente brasileira*».<sup>18</sup>

<sup>16</sup> «Deus inspire e guie os homens responsáveis pelos destinos do Brasil», In: A Gazeta, 2-2-1919, p. 1.

<sup>17</sup> MAGALHÃES, Agamenon. Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional. Recife, 1939. In ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.* p. 377.

<sup>18</sup> LEME, D. Sebastião de Cintra. Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional. Recife, 1939. In: ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.* p. 351-352.

## Ordem e Progresso: o lema da República Cristã

277

Sob o olhar da Igreja, o liberalismo francês havia corrompido os costumes, disseminado o «gérmen» da desordem, e o Brasil estava fadado a feneceer vendo suas instituições destruídas. Afirmando que o Brasil «é a terra da promessa» o discurso empunha a bandeira cujo lema era salvar a nação e preservá-la da avalanche bolchevista, das greves operárias, conduzindo-a ao progresso sob o manto da ordem:

«o Brasil voltará ao caminho do verdadeiro progresso, pelo trabalho e pela tranquilidade da ordem – que é a verdadeira paz. Queremos uma era de trabalho, de paz, da ordem e tranquilidade para a família brasileira».<sup>19</sup>

Parte dos intelectuais brasileiros, saíam em defesa da Igreja, entre eles, destacamos Ruy Barbosa, Pedro Lessa e Lacerda de Almeida. Rui Barbosa, em dois momentos, em 1903 no Rio de Janeiro, e em 1910 em Minas Gerais fez severas críticas ao divórcio entre a Igreja e o Estado. Apoiava a tese tão cara à Igreja, da maioria católica brasileira ter o «direito» de exigir a «presença» de Deus na Constituição.<sup>20</sup>

Lacerda de Almeida, em seu livro *A Igreja e o Estado*, acusava a Revolução Francesa de um discurso voltado para uma *verbiagem ôca e retumbante*, onde liberdade, igualdade e fraternidade não representavam na práxis os interesses do povo, mas sim *a opressão e a tyrania a desmentir nos actos*.<sup>21</sup>

Da trilogia Liberdade, fraternidade e Igualdade emergem outros sentidos, que apontam para a desordem. Acusavam-se as idéias revolucionárias francesas de terem contribuído para um sentimento de revolta contra a gênese donde decorreria todo o poder e autoridade:

---

<sup>19</sup> Revista do Clero, Rio de Janeiro, abril/1930, p. 250.

<sup>20</sup> ROHDEN, P.º Huberto. O Decreto do Ensino Religioso: ligeiras reflexões sobre o aspecto histórico, jurídico, social e pedagógico da questão. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1932, p. 7.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Lacerda de. *A Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro: Typografia Revista dos Tribunaes, 1924, p VII e VIII.

«os ateus querem apregoar a fraternidade sem Deus. Mas que coisa é fraternidade? Porque são os homens irmãos, senão porque são todos filhos de Deus»<sup>22</sup>

A idéia de revolução, tão repudiada pela Igreja Católica é associada ao papel dos militares quando da deflagração da República. Romualdo Dias, em excelente trabalho sobre a reação da Igreja naquele momento, traduz os sentimentos da Instituição:

«ao implantar a República, os militares teriam trazido a desagregação nacional. Por serem inaptos ao manejo das idéias com armas de uma outra luta, teriam se deixado manipular pelos políticos liberais, pelos adeptos da Religião da Humanidade e pela maçonaria e, como conseqüência, teriam legitimado uma Constituição contrária às tradições católicas»<sup>23</sup>

Acrescentava-se que o erro dos legisladores de 1889, residira no fato de que a direção das mentes católicas estava nas consciências atéias, laicas e liberais, dando como conseqüência um lamentável dissídio, entre a legislação que surgiu e o povo que a mesma devia servir.<sup>24</sup>

Para isto fazia-se necessário a interferência do laicato católico nos cargos decisórios da política local e nacional e através deste, efetuar-se-iam os ganhos da Constituição de 1934. Esses intelectuais católicos, alguns políticos, deveriam concretizar os objetivos da Igreja junto à sociedade civil, assumindo a luta contra os «*ateus comunistas*». Segundo a versão corrente, estes tinham-se tornado desbravadores de um caminho que levaria as novas gerações para o advento do socialismo integral e revolucionário.<sup>25</sup>

A Igreja trabalhava em prol de um consenso social entre o operariado e o Estado. Criticava-se as greves, e apregoava-se que o operariado per-

<sup>22</sup> CIRILLO, M. «A Constituinte». In A Tribuna, Recife, 17-11-1932, p. 1-4.

<sup>23</sup> DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem*, *op cit.* p. 21.

<sup>24</sup> VIANA, Artur Gaspar. «*Os Católicos e a Educação*». In A TRIBUNA, 16.02.1935, p. 1.

<sup>25</sup> A TRIBUNA, Recife, 16.02.1935, p. 1

nambucano era «*indiferente e tranquilo, a essas campanhas anarquistas*»<sup>26</sup> e amante da ordem e do trabalho. A Igreja oferecia seu discurso catequético, onde a tradição e a valorização do conceito de ordem, era um prenúncio de apoio que a sociedade necessitava. Falava-se em progresso, mas, subordinava-se este progresso à ordem e ao esvaziamento dos conflitos de classes. Esta paz social era apresentada como consequência do papel catequético da igreja junto às «classes perigosas»<sup>27</sup>.

Os ensinamentos da Igreja representariam o elo de paz, uma vez que se voltavam para a conciliação e repúdio à plataforma de idéias igualitárias. O imaginário construído pelo discurso da Igreja acerca da questão social se voltava para a submissão e para a divisão «irreversível» das classes sociais. A ênfase à preservação da propriedade privada e a «misericórdia» que os patrões deveriam ter para com seus operários, são *marcas* importantes do discurso que constrói o imaginário social do consenso. Este imaginário tornou-se o interdiscurso — a memória discursiva — da Igreja nos anos subsequentes, quando dos anos críticos após a revolta comunista, em 1935. Baczko, trabalhando o conceito de imaginário social, observa que

«Através dos seus imaginário sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si, estabelece a distinção dos papéis e das posições sociais»<sup>28</sup>

A liturgia eucarística que prega a união dos fiéis, foi utilizada como instrumento simbólico na construção do imaginário social que associava a união em torno da mesa eucarística, com a união entre as classes sociais: «*no momento de receber a eucharistia todos se unem. Irmanam-se ricos e pobres na mesma refeição espiritual*».<sup>29</sup>

<sup>26</sup> «Atitude ordeira e generosa do operariado Pernambucano, neste grave instante histórico do mundo». In: A Gazeta, Recife, 19-01-1919 p. 1.

<sup>27</sup> GUIMARÃES, Alberto Passos. «As Classes Perigosas». SP: Vozes, 1958.

<sup>28</sup> BACZKO, B. «Imaginação Social». In: Enciclopedia Einaudi. Portugal: Imprensa Nacional Casa-da-Moeda, 1985, v. 5, p 309-310.

<sup>29</sup> ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.*, p. 273.

Lembramos aqui as considerações teóricas de Bourdieu, quando analisa a relevância do discurso catequético em momentos decisórios e de crise política<sup>30</sup>.

Procurando mostrar sua força catequética, a igreja aciona medos e receios da sociedade, recuperando o interdiscurso do século XIX, quando o espectro do separatismo<sup>31</sup> era acionando no movimento regressista, em 1937. Naquele momento, liberais se metamorfoseavam em regressistas, porque temiam que idéias separatistas pudessem aparecer como consequência da descentralização advinda com o Ato Constitucional de 1834<sup>32</sup>.

### A recristianização da política: a Carta Pastoral de 1916

A Carta Pastoral de 1916, assinada por D. Sebastião Leme, recém-egresso de Roma, Arcebispo de Olinda e Recife, constitui um expressivo documento acerca das intenções de Roma para a recuperação e inferência da Igreja Católica junto ao Poder político no Brasil. Seu discurso perpassa por dois pontos básicos que seriam adotados pelo catolicismo e pelo governo de Getúlio Vargas a partir da década de 30: ensino religioso obrigatório e organização da Ação Católica — grupo de intelectuais leigos fiéis à doutrina romana — em todo o território brasileiro. D. Leme assegurava que estes itens eram os pontos cardeais do ministério sacerdotal.<sup>33</sup>

<sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. SP: Perspectiva, 1989.

<sup>31</sup> «Educação Religiosa». In: A ORDEM, maio, 1931, p. 257-258.

<sup>32</sup> Sobre o movimento Regressista, ver: ALMEIDA, M. das Graças A.A. *A Guarda Nacional em Pernambuco - a metamorfose de uma instituição*. Dissertação de mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 1986; MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

<sup>33</sup> LEME, D. Sebastião de Cintra. *Carta Pastoral de 1916*. Petrópolis: Vozes, 1937, p. 12. Acerca da importância da Carta Pastoral de 1916 de D. Leme, ver os seguintes trabalhos: CURY, C. R. J. *Ideologia e Educação Brasileira: católicos e Liberais*. São Paulo: Cortez, 1981; DELLA CAVA, Ralph. «Igreja e Estado no Brasil no Século XX. Sete Monografias recentes Sobre o Catolicismo Brasileira». In Estudos CEBRAP, nº 12, junho, 1975; TODARO, Margareth Patrice. *Pastors, prophets and politicians; a study brazilian church: 1916-45*. Columbia University. Ph. D. 1971.

A Carta Pastoral que sai de Recife em 1916 tornou-se na verdade, a gênese da recatolização do Brasil, lançando as raízes de uma trajetória que viria a ser plenamente realizada com o advento do Estado Novo, em 1937, data em que a Igreja e o Estado se uniram em um pacto de colaboração recíproca.<sup>34</sup>

No entanto, tais argumentos constituíam-se em vozes espalhadas, representando meros paliativos. D. Leme pensava em algo mais concreto; talvez na formação de um grupo coeso, uma elite que fosse os «olhos» e os «ouvidos» da Igreja. Esta possibilidade apresentou-se na década de 20, através da conversão de Jackson de Figueiredo que empreendeu uma verdadeira revitalização do catolicismo no Brasil, através da formação de um grupo de intelectuais fiéis aos preceitos romanos, e que tornariam, nos anos 30 fiéis escudeiros na luta contra o Estado laico.<sup>35</sup>

A estratégia usada para a recristianização do Brasil por Jackson de Figueiredo, tinha sua base na criação de pólos de disseminação do catolicismo por toda a nação. Nesta linha, em 1922, foi criado o *Centro D. Vital* no Rio de Janeiro, que se espalha por todo o Brasil. Fundou-se a Revista *A Ordem*, tendo início o processo de recatolizar o Estado, através do doutrinação da elite laica católica.

Sob a égide de um catolicismo conservador, apresentado como barreira às doutrinas «exóticas», estrangeiras, Jackson de Figueiredo doutrinou essa elite, com o objetivo de organizar uma verdadeira Cruzada Santa contra o laicismo. Contava com o total apoio do Cardeal D. Sebastião Leme — mentor deste trabalho catequético — que vislumbra no jovem sergipano a possibilidade de vir a ser seu veículo junto à sociedade civil cooptando um segmento social, que aceitasse se colocar sob a fidelidade e obediência aos dogmas romanos. A estratégia de D. Sebastião Leme consistia na ingerência

---

<sup>34</sup> Sob o tema vide Almeida, M. das Graças A Ataíde. *Poder Político e Poder Religioso*. CATANI, A In: *América Latina, e os Desafios da Nova Ordem Mundial*. (org) SP: PROLAM/USP, 1996.

<sup>35</sup> Acerca de Jackson de Figueiredo, ver: IGLÉSIA, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981; a Revista *A ORDEM*, dedicou todo o número de novembro de 1938 ao décimo aniversário da morte de Jackson de Figueiredo, 1928-1938. p. 409 a 545.

deste laicato católico junto ao palco do poder político, com o objetivo claro de ter acesso aos cargos políticos decisórios. Esses intelectuais católicos deveriam fazer frente às teorias liberais e anti-clericais abrindo espaço para a retomada do poder perdido desde o final do século passado.<sup>36</sup>

### Liga Eleitoral Católica: a redenção política sob a égide da sotaina

Buscando para si um lugar de força em sua fala, a Igreja se auto intitulava a salvadora política do Estado. A instrumentalidade junto à política foi colocada em pauta através da criação da Liga Eleitoral Católica, A LEC. Criada com o objetivo de eleger Constituintes em 1933, os quais deveriam assegurar os 2/3 de votos necessários às reivindicações — programa mínimo — da Instituição, frente à nova Carta Social. A LEC estava subordinada à *Ação Católica*. Esta, organizada na Encíclica *Ubi Arcano Dei*, de 1922, tinha como objetivo a formação de um laicato fiel, interlocutores entre a Igreja e o Estado.

Assim, a LEC tinha a função de eleger constituintes comprometidos com os postulados da Igreja. Não importava que esses fossem católicos praticantes; o essencial era a anuência de uma carta compromisso, onde se comprometiam a «votar de acordo com a Liga»<sup>37</sup>, e lutar por uma Constituição que reconhecesse a religião católica como representante da «maioria absoluta» do povo brasileiro.

A igreja contabilizava seus votos, e a ingerência da Instituição na escrita da nova constituição deveria estar garantida. Ao acenar com possibilidades de eleger quem indicasse, a Igreja demonstrava que tinha plena consciência do seu poder de barganha junto aos fiéis e junto ao Estado:

<sup>36</sup> MENDES, Oscar. «O Liberalismo no Brasil sob o ponto de vista católico», In: A ORDEM, 1932, p. 31-45.

<sup>37</sup> «Os Estatutos da Liga Eleitoral Catholica». In: A Tribuna, Recife, 24-11-1932, p. 2.

«há em Pernambuco 102 paróquias, em cada paróquia um mínimo de 10 pessoas. Ora 102 paróquias com 10 desses eleitores em cada uma, formam um total de 1.020 votos em Pernambuco, o quasi bastante para eleger-se em outubro próximo um deputado estadual».<sup>38</sup>

O discurso da LEC tem tom de conclamação, afirmando que a nova Constituição será feita pelas consciências católicas, e que os constituintes sejam «*illustres brasileiros, que estejam possuídos do nosso sentimento manifestado, concretizado no sublime e grandioso monumento*»,<sup>39</sup> referindo-se à estátua do Cristo Redentor, inaugurada em 1931.

D. Becker, Arcebispo de Porto Alegre, em Carta Pastoral, adverte acerca das exigências da nova Constituição:

«os catholicos brasileiros, além de exigirem que na futura constituição federal não se inscreva nenhum artigo ofensivo a sua fé, estão convencidos da necessidade de figurarem nela alguns parágrafos que interessam fundamente a vida religiosa da nação.»<sup>40</sup>

Na mesma linha, D. Sebastião Leme, afirmava:

«aqui estamos não só para cantar hynnos de amor à Divina Eucharistia, mas para também proclamar na praça pública os direitos inalienáveis de nosso Deus e da Santa Madre Igreja Católica Romana.»<sup>41</sup>

Do discurso da Igreja Católica que busca a reintegração do país nos caminhos da fé, emergem sentidos relevantes à configuração da participação da Igreja, no espaço político da Carta Magna que substituiria a «*Constituição sem Deus*» de 1891. Assim, este discurso aponta sentidos para:

<sup>38</sup> A TRIBUNA, Recife, 27.07.1935, p. 4.

<sup>39</sup> A TRIBUNA, Recife, 27-10-1932, p. 1.

<sup>40</sup> Idem, 24-11-1932, p. 2.

<sup>41</sup> LEME, D. Sebastião de Cintra. Discurso proferido no III Congresso Eucarístico Nacional, Recife, 1939. In ANNAES DO III CONGRESSO EUCHARISTICO NACIONAL, *op. cit.*, p. 351-352.

- o apelo à tradição católica emerge no culto ao passado religioso, apresentado como hierarquizado, ordeiro, em detrimento de um presente laico, permeado pela desordem. Que se expressa através da afirmação pelo Estado de que o Brasil não é uma nação sem Deus;
- a tese da maioria da população brasileira ser católica, portanto representar o passado e o presente da nação;
- a tradição católica apresentada como única regra de fé para o Brasil;
- reivindicando o passado de luta da Igreja e do Estado na defesa da Pátria;
- um compromisso de atuação nos moldes da *Ação Católica*, cooptando o laicato fiel da Igreja para os cargos políticos;